

PLANO DE SITUAÇÃO PARA O ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL

Grupo de Trabalho n.º 4 - GT4

Recursos minerais e energéticos e infraestruturas

ATA n.º 1

Aos 3 dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas 10h30, decorreu nas instalações da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a primeira reunião do GT4, tendo estado representadas as entidades que constam da lista anexa através dos elementos aí indicados.

A reunião foi coordenada pelo Dr. José Manuel Marques (DGRM), que após a apresentação de todos os participantes sistematizou o enquadramento e objectivos da elaboração do Plano de Situação para o Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM) nos seguintes termos:

O plano de situação consubstancia-se num documento único integrando as três zonas marítimas nacionais, implicando para tal, coerência, integração e coordenação entre o Continente, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Região Autónoma dos Açores (RAA).

Informou que foi proposta a criação de um Grupo de Coordenação na dependência direta do Ministério do Mar, que assegurará a articulação entre os organismos que integram este Ministério e os organismos competentes das Regiões Autónomas e terá como objectivo proceder à coordenação com a componente política.

O PSOEM é o instrumento que permitirá à Administração emitir Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), garantindo a transparência e segurança jurídica.

Foi referido que “Este Plano não é um PDM”, como forma de o diferenciar desse tipo de instrumentos de gestão territorial, tendo sido clarificado que o mesmo não tem um regulamento associado e que dispõe de mecanismos que permitem uma actualização permanente, favorecendo uma gestão das actividades no tempo e no espaço.

Procedeu à apresentação sintética dos termos de referência, destacando as unidades funcionais do plano (mar territorial e águas marinhas interiores, zona económica exclusiva (ZEE) e plataforma continental desde as 12 mn até ao limite exterior), assim como a distribuição das actividades na superfície, coluna de água, fundos marinhos e subsolo.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram estabelecidos seis Grupos de Trabalho (GT) temáticos, que podem ser divididos em dois grandes grupos: o das servidões/condicionantes e o das actividades económicas. Após uma fase inicial de reuniões individuais de cada GT, visando o levantamento e despistagem das situações existentes e potenciais dentro da sua temática, posteriormente serão realizadas reuniões conjuntas de articulação. O objetivo é que as questões relacionadas com condicionantes e de compatibilização sejam resolvidas em sede de GT's antes da submissão da proposta de Plano à Comissão Consultiva (CC).

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the left, several smaller initials and signatures in the center and right, and the letters 'fm' at the top right.

Algumas áreas do espaço marítimo serão preferenciais para um determinado uso/atividade, outras serão áreas de protecção, enquanto que outras serão identificadas como de exclusão, ou seja, áreas onde determinados usos/atividades não poderão ocorrer.

As AMP's propostas no âmbito da DQEM (Great Meteor e Madeira-Tore) serão geridas por planos de gestão/sustentabilidade. A opção de criação de AMP's de grandes dimensões, e a sua gestão, por via dos planos de sustentabilidade, terá em consideração essa representatividade, sendo que, em determinadas situações será possível a coexistência do aproveitamento dos seus recursos e a simultânea protecção. Não obstante, deverá haver uma decisão política quando estiver em causa a possibilidade de mineração numa AMP.

A ENMC referiu que o petróleo se localiza em bacias sedimentares, onde haja registo sedimentar e ocorrência de estruturas geológicas potenciais para formação e acumulação de hidrocarbonetos, logo, geralmente fora das cristas dorsais, pelo que os locais para a pesquisa, prospeção, desenvolvimento e produção de petróleo não serão necessariamente os mesmos que os da mineração. Relativamente à área necessária à produção de petróleo, esta é feita através de sondagens, sendo em média necessária a ocupação de uma área de cerca de 1 km², e localizadas consoante a dimensão e forma do campo petrolífero. Pode ser necessária a ocupação do subsolo marinho com condutas para o transporte dos hidrocarbonetos para estações de tratamento e distribuição. Referiu também que a prospeção e a pesquisa de petróleo se têm localizado mais recentemente para além do mar territorial, para além das 12 mn. Salientou ainda que uma empresa inicia a prospeção e a pesquisa se tiver a garantia que depois poderá vir a obter autorização para produção, pois mesmo durante esta fase inicial são feitos investimentos muito elevados por parte dos concessionários – daí, os contratos de concessão preverem fases de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo. Salientou que os contratos de concessão têm uma fase de prospeção e pesquisa com duração normal de oito anos, e que 50 % da área concessionada deve ser restituída ao fim do quinto ano e mais 50 % da área restante no final do oitavo ano.

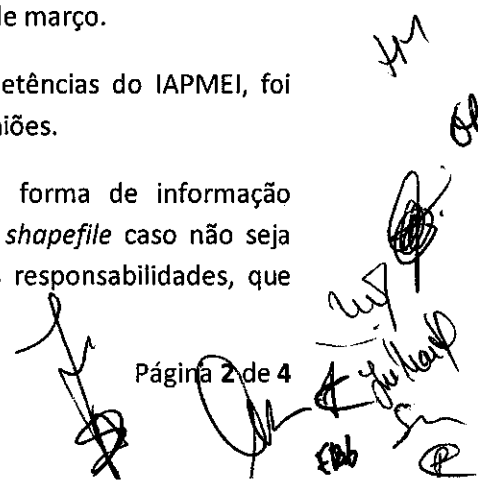
A DGEG referiu que a informação que está no POEM está desactualizada, e que falta muita coisa. Referiu também que o LNEG tem as cartas de potencial eólico, e que vai enviar cartas para apenas uma classe de espaço “energias renováveis (incluindo a eólica e ondas)”.

O IPMA e EMEPC referiram que o relatório de caracterização e a cartografia deverão conter as áreas potenciais de ocorrência (de petróleo e de recursos minerais) apesar de a prospeção e pesquisa bem como a exploração possam só vir a ocorrer a longo prazo.

A DGRM referiu que o PSOEM terá em consideração as zonas de prospeção e pesquisa e que no caso de libertação de manchas estas serão logo atualizadas no PSOEM através do mecanismo previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março.

Atendendo aos assuntos discutidos no âmbito deste GT e às competências do IAPMEI, foi acordado que seria dispensável a participação dessa entidade nas reuniões.

Foi solicitado aos presentes que remetessem informação, sob a forma de informação cartográfica georreferenciada (de preferência serviço de mapas, ou *shapefile* caso não seja possível o serviço de mapas), até 16 de maio, no âmbito das suas responsabilidades, que



permitam a identificação e a distribuição espacial e temporal dos usos e atividades existentes e potenciais no que se refere aos recursos minerais marinhos, recursos energéticos e energias renováveis, infraestruturas, e outros usos ou atividades de natureza industrial, assim como suporte de texto relativo a boas práticas a observar na utilização e gestão do espaço marítimo para cada uso/atividade.

Foi ainda referido ser fundamental que no âmbito dos GTs, sejam elaborados documentos com as boas práticas de utilização para cada actividade e na relação com as outras.

A próxima reunião ficou marcada para dia 9 de junho às 10h30.

Não havendo mais assuntos a debater deu-se por terminada a reunião pelas 12h40.

Pela DGRM

(
Santos
Ana Paula Santos
Sandra Lourenço
Apabete Duf.
Gilete
~~Paula T. P.~~
André T. P.
Henrique T. P.
)

Pela DGEg

- Sr. Mariana Espírito Santo
Mário Luís de Silva Pereira

Pelo IPMA

Susana Bollido Nunes

Pela EMEPC

Patrícia Isabel S.T. Guedes

Pela ENMC

Yngrid Isabel Santos
Francisco Buzina e Costa

Pela DGPM

Pelo IAPMEI

**PSOEM GT 4 – RECURSOS MINERAIS MARINHOS, RECURSOS ENERGÉTICOS E ENERGIAS,
INFRAESTRUTURAS E OUTROS USOS OU ATIVIDADES DE NATUREZA INDUSTRIAL
Reunião 1 – 03.05.2016**

Instituição	Participantes	Contato
DGRM	Arq. Henrique Tato Marinho	hmarinho@dgrm.mam.gov.pt
	Eng ^a Ana Cristina Costa	accosta@dgrm.mam.gov.pt
	Eng ^a Ana Paula Simão	asimao@dgrm.mam.gov.pt
	Eng ^o André Teixeira Couto	acouto@dgrm.mam.gov.pt
	Dr ^a Sandra Moutinho	smoutinho@dgrm.mam.gov.pt
	Dr. José Manuel Marques	jmarques@dgrm.mam.gov.pt
	Eng ^a Ana Teresa Castro	atcastro@dgrm.mam.gov.pt
	Dr ^a Elisabete Dias	edias@dgrm.mam.gov.pt
ENMC	Dr. José Miguel Martins	jmm@enmc.pt
	Dr. Francisco Briosa e Gala	francisco.b.gala@enmc.pt
IAPMEI	Eng ^a Paula Lança	paula.lanca@iapmei.pt
EMEPC	Eng ^a Patrícia Conceição	patricia.conceicao@emepc.mam.gov.pt
DGPM	Dr. Paulo Machado	paulo.machado@dgpm.mam.gov.pt
IPMA	Eng ^o . Pedro Terrinha	pedro.terrinha@ipma.pt
	Eng ^a Susana Bulhão Muiños	susana.muinos@ipma.pt
DGEG	Eng ^a Maria José Espírito Santo	espirito.santo@dgeg.pt

(

(